

ANEXO

Testemunho do autor da ideia legislativa

“Destinação dos recursos do fundo eleitoral para saúde”

O cidadão Vagner Paulo, de Santa Catarina, apresentou uma ideia legislativa que alcançou 24.084 apoios até julho de 2020 e resultou na Sugestão Legislativa (SUG) 9/2020. A proposta defende a destinação de recursos do fundo eleitoral para a saúde.

Sobre o testemunho do autor de ideia legislativa

O testemunho é um documento redigido pelo autor da ideia legislativa ou pela equipe do e-Cidadania. Em alguns casos, a equipe realiza a transcrição de áudio ou vídeo enviado pelo autor, ou elabora um texto a partir de uma entrevista. O testemunho é submetido ao autor da ideia para checagem, aprovação e autorização expressa para publicação. Dessa forma, o texto do testemunho constitui um retrato fiel do pensamento do cidadão. O auxílio na elaboração do documento é uma maneira de estender a participação popular no processo legislativo, uma vez que permitirá que pessoas de diferentes escolaridades apresentem seus argumentos.

DEPOIMENTO

- Como surgiu a ideia?

Bom, primeiramente surgiu a indignação com os valores destinados ao fundo eleitoral e ao fundo partidário;

- Quais as razões pessoais ou profissionais que o/a motivaram a apresentá-la?

Os principais fatores foram o desperdício e a falta de responsabilidade com o dinheiro público, duas questões que, tanto na vida pessoal quanto profissional, atrapalham o desenvolvimento de qualquer pessoa. Entretanto, isso não parece necessariamente atrapalhar quem está na política ou em algumas esferas do poder público, onde a racionalidade não é a principal virtude no trato dos recursos dos pagadores de impostos;

- Quais os principais fundamentos de sua ideia?

Não é necessário nenhum estudo aprofundado para se chegar à conclusão de que este tipo de canalização de recursos dos pagadores de impostos é ineficiente, supérfluo e imoral. De qualquer modo, poderia ser realizado um estudo pela própria Instituição Fiscal Independente sobre o impacto da aplicação desses recursos em outras áreas.

Considero que esses recursos têm sido gastos de forma ineficiente e supérflua, uma vez que somos um país pobre e muito desigual. Existem outras

aplicações mais estratégicas para esse dinheiro, o que fica evidenciado em dados claros do FMI, Banco Mundial, entre outros.

Seguindo com o raciocínio, avalio como imoral o fato de recursos vindos de impostos serem sequestrados para finalidades eleitoreiras. No caso, esse dinheiro ajuda a eleger tanto candidatos da direita quanto da esquerda. Com certeza, se houvesse um plebiscito, a população não seria favorável a essa aberração.

A nossa democracia não pode ser financiada por valores econômicos; a política deve ser privada da utilização de recursos da sociedade para fins particulares.

- Quais os argumentos que você poderia apresentar em defesa de sua ideia?

- 12 milhões desempregados;
- 4,8 milhões de desalentados;
- 24,3% da população subutilizada;
- 47% da população não possui acesso a sistemas de esgotamento sanitário adequados;
- 35 milhões de brasileiros não possuem acesso a água tratada;
- Apenas 46% dos esgotos gerados no país são tratados;
- Brasil é o 77º colocado na renda per capita global;
- No *IMD World Competitiveness Center*, o Brasil está na posição 64ª no eixo educação.

Esses são só alguns dados terríveis quando falamos do século XXI; eles dizem muito sobre a prioridade de nossos líderes.

- Qual a sua expectativa em relação à eventual transformação de sua ideia em projeto de lei?

Não tenho muita expectativa de que uma ideia que combata privilégios econômicos e pessoais e ataque diretamente diversos grupos de interesse seja pautada em Plenário.

- Quais os avanços e/ou benefícios que a eventual transformação de sua ideia em lei poderiam trazer para a sociedade brasileira?

Primeiro, teremos um Brasil mais justo, pois esses recursos serão aproveitados de uma maneira racional e com melhor eficiência.

Segundo, a seleção de nossos representantes políticos será aperfeiçoada, já que caberá a eles buscar recursos para financiar suas campanhas via doações de empresas e de pessoas físicas. Terão que correr atrás dos seus objetivos por si só e não somente aprovando, ano após ano, sucessivos aumentos do fundo eleitoral e partidário.

A legislação eleitoral deveria ser alterada para que empresas e pessoas físicas pudessem doar livremente para eleições. Se houver dinheiro público, ele deve existir em baixíssimo volume. Além disso, quem exerce cargo de confiança deveria ser obrigado a doar para o partido um percentual do salário. Deveria ser algo automático, pois essa pessoa usufrui do partido e o utiliza para ocupar espaços de poder.

Diante do argumento de que existem cargos de confiança remunerados com baixos salários, o que inviabilizaria esse tipo de doação, cargos nessas condições deveriam, na verdade, ser extintos, pois, se um cargo é de confiança, ele exige um certo nível de responsabilidade, e demanda, também, o pagamento de salário acima da média brasileira.

- Como você avalia a iniciativa do Senado em abrir essa interface com o cidadão para que ele também encaminhe ao Poder Legislativo propostas que julgue importantes para o país?

Penso que isso é o mínimo, pois, no final das contas, quem faz as instituições é a sociedade. Quanto mais perto as instituições estiverem da sociedade, menor será o risco de uma ruptura democrática; quanto mais a sociedade se sentir representada pelas instituições, menor o risco de pessoas extremistas ocuparem cargos relevantes. Outro ponto importante é saber que, no final do dia, quem paga a conta de Brasília e dos governos é o povo. Eventos inesperados, como os que ocorreram no Chile, ou como a Primavera Árabe -- os eventos chamados "Cisnes Negros" --, podem acontecer de tempos em tempos, quando o povo não é ouvido pelos governantes. Estou à disposição, muito obrigado!